

Recursos Naturais e Meio Ambiente e as Relações Territoriais no Contexto da Multifuncionalidade da Agricultura Familiar Camponesa

Arilde Franco Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica da Paraíba – IFPB
francalves11@gmail.com

Edgard Afonso Malagodi

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
edgardmalagodi@gmail.com

RESUMO: *No aprofundamento teórico da multifuncionalidade da agricultura (MFA) no Brasil, em especial no Nordeste semi-árido, verificaram-se algumas particularidades sócio-ambientais, que enfatizamos dentro da função ambiental da MFA, no cenário dos diferentes perfis da Agricultura Familiar Camponesa nas comunidades do Curimataú Ocidental paraibano. Através de um recorte – Recursos naturais e meio ambiente e da Relação com o território e a paisagem rural, discutimos as: práticas produtivas e as relações com a agricultura ‘moderna’; estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente; e, algumas concepções dos camponeses em relação aos recursos naturais, todos evidenciando a inserção do debate territorial na temática da MFA e seu uso enquanto ferramenta analítica do Desenvolvimento Rural. Como resultados, percebemos Contradições e Possibilidades em um espaço [território] de construção social e a Qualificação de uma realidade multifuncional no aspecto ambiental.*

PALAVRAS-CHAVE: *Multifuncionalidade da agricultura, semi-árido, recursos naturais e meio ambiente, desenvolvimento rural.*

ABSTRACT: *In the theoretical deepening of the multifunctionality of agriculture (MFA) in Brazil, especially in the semi-arid, some social-environmental particularities had been verified, that we emphasized the environmental function ambient of MFA, in the scene of the different profiles of Peasant Agriculture in the communities of “Curimataú Ocidental Paraibano”. Through one cuts – Natural resources and environment e of Relation with the territory and the rural landscape, we discussed: productive practical and the relations with “modern” agriculture; structure of the establishments in relation to the environment; e, some conceptions of the peasants in relation to the natural resources, all evidencing the insertion of the territorial debate in thematic of the MFA and its use as analytical tool of the Rural Development. As results, we perceived Contradictions and Possibilities in a space [territory] of social construction and the Qualification of a multi-functional reality in the environmental aspect.*

KEY-WORDS: *Multifunctionality of agriculture, semi-arid, natural resources and environment, rural development.*

1. Introdução

Ao aprofundar a temática da multifuncionalidade da agricultura (MFA) no Brasil, em especial no Nordeste, tomando como base empírica o semi-árido da Paraíba, verificaram-se algumas particularidades sócio-ambientais que merecem ser aqui enfatizadas. Refere-se a uma das funções – a *ambiental* – da MFA, que teve destaque na pesquisa de campo, quando se demonstrou os diferentes perfis da *Agricultura Familiar Camponesa (AFC)* nas comunidades do *Curimataú Ocidental*. É, pois, um recorte dos *Recursos naturais e meio ambiente* e da *Relação com o território e a paisagem rural*, descritos no *Capítulo VII* da tese¹. O primeiro, discutido através de: práticas produtivas e as relações com a agricultura ‘moderna’; estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente; e, algumas concepções dos camponeses em relação aos recursos naturais. O segundo, evidenciando a inserção do debate territorial na temática da MFA e seu uso enquanto ferramenta analítica do Desenvolvimento Rural (DR).

Metodologicamente, a pesquisa buscou um “novo enfoque” na Agricultura Familiar (AF) permitindo analisar a interação entre famílias e a relação com o meio ambiente em sua dinâmica própria de reprodução social, considerando os diversos “modos de vida” das famílias na sua integridade. Para tal, valeu-se, primeiramente, de um aprofundamento do marco teórico da MFA, tanto na Europa² como no Brasil, descritos, respectivamente, nos *Capítulos I e II* do referido trabalho de tese. E, a partir desses, dedicou-se mais dois capítulos teóricos que pudessem caracterizar a região estudada. Num deles os aspectos fisiográficos e sócio-econômicos. Noutro as peculiaridades ambientais, destacando as concepções de *convivência* com a semi-aridez. Porém, por questões de delimitação do tema enunciado, bem como a impossibilidade de se abordar aqui todos esses pontos teóricos preliminares arrolados na pesquisa, reserva-nos ficar apenas neste recorte da função ambiental da MFA.

¹ ALVES, A. F. “As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2009. 314 p.

² Que incluiu um Estágio Doutoral “sandwich”, apoiado pela CAPES, junto ao *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS)*, na *Université Paris Ouest Nanterre-La Défense* (ex-Paris X).

Assim, o presente artigo está dividido em três partes. Primeiro, uma breve revisão da questão ambiental enquanto *função* da agricultura. Depois, os elementos relacionados aos recursos naturais e ao meio ambiente levantados pela pesquisa de campo. Por fim, uma discussão na direção das *Contradições e possibilidades em um espaço [território] de construção social* e a *Qualificação de uma realidade multifuncional* no aspecto ambiental.

2. Da experiência francesa ao debate no Brasil

Na Europa, após o fim da 2ª Guerra Mundial, dada à precariedade estrutural em que se encontrava o setor agrário, de imediato se designou à agricultura, um incremento na produção, seguido de um processo de modernização, assegurando a reconstrução socioeconômica dos países que haviam se envolvido no conflito. Em 1947 é fixado um mínimo de reservas alimentares de certos produtos, garantindo preços e mercado para a produção agrícola. Em 1957, no Tratado de Roma, foram levantados alguns pressupostos sobre o DR, culminando em 1962 com a proposta de uma “Europa Verde”, dando origem à Política Agrícola Comum (PAC). Em 1958 surgem os primeiros sinais de precariedade socioeconômica e ambiental de alguns espaços agrários europeus. Manifestam-se as primeiras preocupações em torno da ordenação territorial. Estes aspectos, somados à perspectiva de criação de um mercado comum, inspiraram a criação, na França, das Leis de Orientação Agrícola (LOA) de 1960 e 1962, que formaram a base legal e política do contrato entre o Estado e os agricultores.

De fato, as pioneiras pesquisas de Kaiser (1990; 1993) já demonstravam que a revitalização do meio rural era um fenômeno real e durável, mesmo em zonas mais desfavorecidas do ponto de vista socioeconômico. Na Europa, especificamente, na França, depois da reforma da PAC em 1992, certos dispositivos de regulação territorial foram reforçados e passaram a demonstrar retornos práticos. Além disso, nas pioneiras discussões sobre a MFA, Allaire (1995) via nas formas ‘marginais’ de agricultura de resistência ou alternativas dos anos de 1980 indícios de uma transformação do rural. Somando-se a essa tese de alternativas à agricultura, decorrentes de uma forte pressão ambiental que acontecia na Europa e, sobretudo, corroborada

pela crise econômica deflagrada com primeiro choque do petróleo de 1974-75, o centralismo produtivista começou a ceder espaço.

O conceito de MFA surge, em meados dos anos de 1990, alicerçado em três preocupações: a) ligação da agricultura com o meio ambiente num processo de desenvolvimento sustentável; b) relações da agricultura com a segurança alimentar; c) relações da agricultura com o comércio internacional. Essa noção passa a ser reconhecida no texto da *Agenda 21* de 1992, com título “*Promoção de um Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentável*” (FAO, 1999). Nesse sentido, o termo fazia referências às diferentes dimensões produtivas, sociais e ambientais das atividades agrícolas. Daí em diante, inúmeros eventos ocorridos ao longo da última década³⁴, todos fazendo referências às “*múltiplas e indispensáveis funções da agricultura*”, na ótica da segurança alimentar.

Numa avaliação mais recente, Cazella (2003) diz que na França a MFA passou a ser interpretada com a pedra angular de um modelo de DR construído à margem da PAC, principalmente, no momento em que se ampliaram às discussões sobre as contradições do modelo de agricultura profissional. É importante salientar que os impactos negativos causados pela agricultura sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a paisagem rural, bem como em relação ao sistema de ocupação de áreas e a problemática da qualidade dos alimentos forçaram o debate em torno da necessidade de uma política de regulação.

E no Brasil os estudos começaram a partir de uma interlocução, com pesquisadores franceses, envolvendo diversas instituições de pesquisa, que em meados de 2001 resolveram aprofundar as bases epistemológicas sobre a temática da MFA. Então, sob a coordenação do CPDA/UFRRJ, é encaminhado a CAPES, um projeto de estudo sobre “*A noção de MFA, aspectos analíticos e (...)*”⁴⁵. Posteriormente, um segundo projeto de pesquisa “*Estratégias de DR, MFA e agricultura familiar: Identificação e avaliação de (...)*”⁵⁶, desta vez, com o apoio financeiro do CNPq e, se desenvol-

veu, concomitantemente, nos Estados do PI, RJ, SC e SP, que depois incorporou pesquisas desenvolvidas na Paraíba (Lagoa Seca e Soledade) e em Tocantins, sob a tutela de pesquisadores do *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD). Entre as propostas da equipe, estava a realização de pesquisas de campo, que possibilitaram “*explorar as possibilidades oferecidas pela noção de MFA em face das peculiaridades da realidade rural brasileira*”. Isso permitiu definir um referencial comum em torno desta noção e “*apontar seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas de promoção das unidades familiares rurais e do Desenvolvimento Rural Sustentável*”.

Mais recentemente, a luz das constatações e angústias da equipe, que realizaram a pesquisa anterior, a qual apontou a necessidade de aprofundar o debate referente aos processos de Desenvolvimento Territorial Rural, foi desenvolvida uma terceira etapa de estudos⁶, entre os anos de 2006/08, contando com o apoio do NEAD e do IICA. Assim, semelhante às etapas anteriores, isto é, através uma rede interinstitucional de pesquisadores⁷ enquadrada num debate maior, que ocorria igualmente em outros países, em torno da apropriação do tema da MFA, enquanto ferramenta de políticas públicas, especialmente, daquelas relacionadas à questão territorial. Nessa etapa incorporaram-se planos do território e da sociedade, enquadrando-se rol de estudo da *Rede de Pesquisa Internacional*⁸, que buscava legitimar a AF multifuncional, a partir da observação das dinâmicas ou processos socioeconômicos em diferentes situações empíricas.

3. Recursos naturais e meio ambiente

Na *Introdução* considerou-se a necessidade de analisar a interação entre as famílias rurais e a relação com o meio ambiente em sua dinâmica própria de reprodução social. Na seção

³ Rodada do Uruguai [1994], a Declaração de Québec [1995], a Conferência Mundial da Alimentação [1996].

⁴ MALUF, 2001. 49 p.

⁵ MALUF, 2001a. 21 p.

⁶ ⁷ MALUF et al., 2006/08.

⁷ ⁸ Da UFRRJ-CPDA (coord.), UFSC-CCA, UFRGS-PGDR, UERGS, EMBRAPA Meio Ambiente, USP/ESALQ, UFES, UFCG e UFPA pelo Brasil e o CIRAD pela França.

⁸ ⁹ Que tinha, entre os diferentes eixos temáticos, o da “*Construção d’une démarche d’analyse au niveau local a partir d’un dispositif en France au Brésil*”. In: VÉRON, F. (coord.), 2003. pp. 109-112.

anterior, ao se resgatarem as concepções sobre a MFA, igualmente, a questão ambiental esteve na pauta, sendo uma das principais razões da emergência das discussões na Europa, que apontava políticas de revitalização e reintegração territorial, enfatizando uma agricultura de melhor qualidade ambiental. Por outro lado, sabe-se como se deu a exploração do espaço agrário do Semi-Árido, decorrente da implantação, primeiramente, da pecuária, seguindo-se de uma agricultura sem qualquer cuidado com o ambiente. A confirmação disso teve-se a partir dos primeiros contatos com o local estudado, bem como das informações e entrevistas com os “atores sociais” locais, descritas no *Capítulo VI* da tese, que demonstra a clarividente forma de como ocorreu o uso dos recursos naturais no *Curimataú Ocidental*⁹.

Para Maluf (2003), a preservação dos recursos naturais só pode ser avaliada, quando são consideradas as relações entre a agricultura praticada pelos camponeses no território em que vivem. Isto porque, de modo geral, é permeada por inúmeras controvérsias entre os *objetivos* e as *práticas* desenvolvidas por essa agricultura. Diante disso, a amostra dos 32 estabelecimentos, através das entrevistas junto nas oito comunidades, buscou elucidar questões relacionadas aos recursos naturais, através dos pontos a seguir descritos.

3.1. Práticas produtivas e as relações com a agricultura ‘moderna’?

Em relação aos sistemas de produção, constatou-se que em todos os estabelecimentos que realizam algum tipo de cultivo, o fazem de forma convencional, preparando os ‘roçados’, ou através da aração, ou de um cultivo mínimo através do uso da enxada, após realizarem a ‘broca’ da área. Dos que fazem a aração, a grande maioria já não utiliza mais a tração animal, pois entre os municípios pesquisados há alguns que são beneficiários dos serviços da “patrulha agrícola mecanizada”, que faz a preparação de terras, na época do plantio. Já entre aqueles, que, ainda, possuem animais para o trabalho na lavoura, no máximo os utilizam para as tarefas complementares de capina e transporte da colheita. Entre os entrevistados,

quando questionados sobre a não ou pouca utilização da tração animal, muitos alegaram que,

“Por causa das secas que têm ocorrido nesses anos todos, tem pouco pasto para criação, as áreas são pequenas, fica tudo muito difícil, [...] manter uma junta de bois ou um jumento para os trabalhos do cercado” (Agricultor do “sítio” Serra do Algodão – Algodão de Jandaíra).

Referente ao uso de insumos e outras técnicas da agricultura “moderna”, percebeu-se que as respostas eram evasivas, já que no rol de questões estava àquelas relacionadas ao uso ou não de agrotóxicos, demonstrando de uma espécie de receio dos entrevistados em responder fielmente sobre esse assunto. No máximo, respondiam que utilizam *“... somente veneno para matar formiga”*, como se os riscos fossem menores, tanto para o ambiente como para o agricultor, já que, normalmente, manipulam esses produtos sem o mínimo de cuidados e de orientação técnica. De fato, há um uso relativamente pequeno de insumos, se comparado com outras áreas de produção mais dinâmica, do ponto de vista do agronegócio, como é o caso de municípios vizinhos (Remígio e Esperança). Nesse item *insumos*, o questionário apontou que a grande maioria ainda utiliza sementes ‘certificadas’ distribuídas pelo governo, mesmo que alguns relatos tenham sido de que tais sementes,

“... não têm dado o esperado, igual aquelas que dava antes, [...], que a gente tirava das ‘roças’ [...] de tudo que a gente usava para comer, daquilo que plantadas com sementes que a gente mesmo guarda ou que um vizinho cede para gente” (agricultor do “sítio” Jandaíra – Algodão de Jandaíra).

Talvez essa controvérsia esteja relacionada com a facilidade e a certeza dos agricultores, de que a cada ano programas farão à distribuição de sementes. Prova disso, é quando a coleta de dados estava sendo feita no município de Soledade, período em que já havia iniciado a estação das chuvas, percebeu-se a intensa movimentação dos agricultores junto a Secretaria Municipal de Agricultura, na busca de sementes. Verificamos *in locus* que essa secretaria possui um Banco de

⁹ Que em nossa amostra teve os municípios paraibanos de Olivados, Soledade, Pocinhos e Algodão de Jandaíra.

Sementes, e no momento tinha tanto variedades *crioulas*, quanto variedades “certificadas” do Programa Federal de distribuição de sementes. Essa iniciativa tutelada pela secretaria demonstra a importância e o engajamento dos agricultores no processo de *convivência* com a semi-aridez, tanto no uso de sementes crioulas quanto no sincronismo das atividades de cultivo às condições climáticas locais.

3.2. Estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente

Em relação à estrutura dos estabelecimentos, no tocante ao abastecimento de água, destino dos dejetos e do lixo, a pesquisa encontrou uma diversificada situação sanitária e ambiental, relacionadas, obviamente, a fatores como: grau de instrução das pessoas do núcleo familiar; faixa etária do grupo doméstico; tipo de atividade (agricultura ou pecuária); estrutura das moradias. Assim, referente ao abastecimento de água os resultados apontam a forte presença de cisternas, especialmente as do tipo “placas”, ultrapassando a 65% dos estabelecimentos pesquisados. Porém, encontramos quase 20% dos estabelecimentos, especialmente nos municípios de Algodão de Jandira e OIVEDOS, que ainda não possuem esse tipo de reservatório da água de longa duração. Possuem, porém, outros tipos de reservatórios, de menor capacidade (como tanques de cimento). Estes, por sua vez, são abastecidos, regularmente, pelos carros-pipa do exército e/ou das prefeituras. Outros se abastecem de água ‘potável’ através de depósitos do tipo “Tanque de Pedra”, construídos aproveitando as formações naturais do terreno. Sobre esse último tipo de reservatório, quando questionamos sobre a qualidade dessa água, muitos respondiam: “... *só utilizamos pra o consumo das criação*” (agricultor do “sítio” Umbuzeiro – Soledade). Contudo, faz-se necessário esclarecer que estes tipos de reservatórios são bastante vulneráveis, do ponto de vista quantitativo e sanitário, respectivamente, pela rápida evaporação da água armazenada e facilidade de contaminação, já que a maioria fica a céu aberto.

Referente ao destino dos dejetos humanos encontrou-se uma razoável estrutura nas residências visitadas, ou seja, 50% delas têm instalações sanitárias com fossa séptica e outros 22% possuem pelo menos uma privada (latrina). No entanto, em

alguns “sítios” menos estruturados, encontramos um considerável número de habitações que ainda não possuem instalações sanitárias (mais de 20%), dando um destino incorreto aos dejetos (a céu aberto).

Estas duas informações (abastecimento de água e do destino dos dejetos) foram comparadas às informações fornecidas pelos agentes de saúde locais (do PSF). Os dados confirmam os erros no uso da água e a falta de condições sanitárias, através dos inúmeros casos, pelos mesmos confirmados, de enfermidades de transmissão hídrica. Isso condiz com alguns IDHs do lócus pesquisado, que contribuem para a manutenção de alguns índices negativos da saúde da população rural. Ainda em relação a questão sanitária, porém relacionada com o destino dos dejetos dos animais, as informações deram conta que grande parte dos estabelecimentos dá importância ao destino correto das excretas dos animais, ou seja, juntam em determinado local e aproveitam como adubo nos ‘roçados’, especialmente de milho, feijão e palma forrageira. Verificamos, ainda, que, apenas, dois estabelecimentos utilizam esses dejetos na produção técnica de compostagem, igualmente, utilizada na lavoura. Por fim, na mesma questão, encontrou-se ainda um considerável percentual (quase 30%) de estabelecimentos, em que seus moradores não se preocupam com a questão ambiental, tampouco vislumbram o aproveitamento dos dejetos dos animais, no sentido socioeconômico.

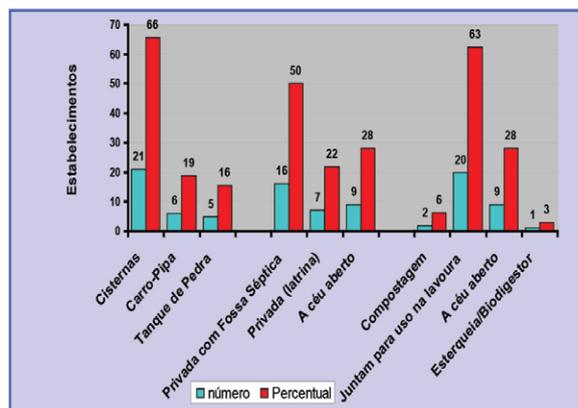


Figura 1. Abastecimento de água e Destino dos dejetos humanos e animais.

3.3. Os recursos naturais: algumas concepções dos camponeses

Encerrando esse eixo de questões sobre os *Recursos naturais e meio ambiente*, se buscou saber a concepção dos agricultores sobre o uso de alguns recursos naturais como água, vegetação e fauna local. Preliminarmente, cabe ressaltar que, além de ser uma questão bastante subjetiva, na maioria das vezes, foram respondidas com certas ressalvas pelos entrevistados, alegando que o assunto era delicado de se abordar. Segundo algumas confidências, além da pressão da lei e da opinião pública sobre a problemática ambiental, no cenário atual, como um compromisso cidadão de todos, muitas vezes, os agricultores são colocados como os únicos vilões do problema.

Deste modo, foram levantadas duas questões: i) *Nos últimos 10 anos, as matas na região aumentaram, diminuíram ou permaneceram em igual patamar?* ii) *Nos últimos 10 anos, as espécies silvestres da região aumentaram, diminuíram ou permanecem sendo vistas com a mesma frequência?* Sistematizadas as informações, 33% e 15% optaram, respectivamente, por não responder sobre a situação da flora e da fauna local. No entanto, considerável número (46%) percebem que as matas têm diminuído ao longo dos anos e uma outra maioria (65%) foi categórica em responder que a fauna é quase inexistente, devido à caça ao longo do tempo. Muitos desse grupo até ilustraram com declarações de que:

“... muita gente de vez em quando vive da venda de uma lenhazinha, [...], vendendo carvão, mesmo sabendo qui pode a qual-qué hora ser pego pelo IBAMA” (agricultor do “sítio” Arruda - Soledade).

Outro também afirmou que:

“... tem gente, [...] ainda as vez pega um tatu peba por essa caatinga ai, mesmo sabendo que é proibido...; mais é difícil, tem muito poca caça hoje...” (agricultor do “sítio” Umbuzeiro - Soledade).

Além disso, determinado percentual (18% e 15%) de entrevistados responderam, respectivamente, que as matas e a fauna estão da mesma forma, como era há algumas décadas. Com isso

julgamos que essa heterogeneidade das respostas dos agricultores denotam distância entre a compreensão destes e a emergência da problemática ambiental.

4. Contradições e possibilidades em um espaço de construção social...

Na arena da construção social, falar no emergente debate territorial é, igualmente, re-configurar as ruralidades em que identidades sociais e coletivas passam a ser interrogadas no mesmo patamar das práticas agrícolas, principalmente, quando é adicionado um preocupante ingrediente, o ambiental, as diferentes modalidades de ação ecológicas e sociais se interdependem e onde as fronteiras da ação coletiva e pública se redesenham. Esses são os pressupostos de Billaud (2004), ao analisar os *desafios* e os *paradoxos* da problemática ambiental em se tratando de ruralidades contemporâneas. Nesse sentido, sem deméritos às inúmeras concepções sobre território mesmo sendo num olhar de situações européias, as considerações de Billaud (*op. cit.*) merecem atenção, não somente, por ser território o espaço de *construção social, ação coletiva e importância da questão ambiental*, mas também pela capacidade de resgatar o necessário e convergente debate – a *questão camponesa* no contexto da modernização e as *micro sociedades rurais* no contexto de integração social – aos quais há traços comuns. Com isso, pode-se dizer que o que se tem na Europa é uma superação de alguns paradigmas. O mais notável é o da integração urbano-rural, que no Brasil tem sido um debate impróprio ou, às vezes, desfocado (SABOURIN, 2007).

Outro paradigma que parece ter sido igualmente superado, ao menos no discurso, é o distanciamento entre camponês e agricultor [profissional], quanto à importância de seus específicos papéis. Não que não haja diferenças, mas cada vez é mais destacado o papel do camponês no contexto das ruralidades contemporâneas, principalmente, quando emergem as questões ambientais, que têm na agricultura o centro dos debates. Nesse aspecto, em complemento, Billaud (*op. cit.*) destaca que esses *desafios*, colocados no âmbito do desenvolvimento agrícola e rural, como um projeto de modernidade da sociedade, são ao mesmo tempo, capazes de evitar o constrangimento do sistema produtivo em relação ao ônus ambiental

e à radical separação entre espaços de produção e de proteção. Desse modo, faz emergir nos espaços rurais particularidades de:

“Pertencer aqueles que se nomeia ‘bens comuns’ [como] a água com seus desafios de escassez, de qualidade e de apropriação; os recursos naturais em sua dimensão renovável (a pesca, a madeira) ou em seu caráter de irreversibilidade (como os problemas de erosão, de contaminação, salinização, desertificação, etc.)” (BILLAUD, 2004, p. 115). [adendo meu]

Estando a agricultura, enquanto atividade, no centro desses desafios, no mais crucial dos momentos (produzir mais, porém com os quesitos de qualidade, sanidade, etc.). Em decorrência disso, destaca como *paradoxo* a ambivalência ou a ambigüidade que encarna a noção de agricultura duradoura, tendo de um lado a imposição dos mercados, através dos preços (as eco-condicionalidades, por exemplo) e de outro, o modelo patrimonial, baseado na concertação e ajudas diretas. Disso suscitam dispositivos sócio-técnicos ligados ao tratamento dos problemas ambientais, definindo dessa maneira, cenários locais, que refletem a diversidade sociológica dos espaços rurais. Contudo, compensando determinadas contradições das políticas públicas, como essas apontadas por Sabourin (*op. cit.*), existem algumas experiências que convergem, como ‘espaço de construção social’ em determinadas ruralidades. Refere-se aqui ao estudo desenvolvido por uma equipe do Grupo de Pesquisa sobre a MFA no Brasil¹⁰, ao qual se referiu na primeira seção deste artigo, ou seja, através de um estudo de caso – da *Borborema* – que foi pesquisado na região de intersecção ao lócus empírico do presente estudo, que comparou duas distintas dinâmicas territoriais, ligadas a territórios de políticas públicas.

Segundo Piroux & Bonnal (2009) essa pesquisa pautada em quatro fatores de diferenciação espacial na Região da *Borborema*, atribuiu, metodologicamente, cinco diferentes zonas de específicas características, no sentido de caracterizar, duas diferentes dinâmicas territoriais – a do Pólo

Sindical e das Associações da *Borborema* e a do Fórum de Desenvolvimento Territorial¹¹ – no contexto da MFA. O primeiro fator de diferenciação dessa heterogeneidade espacial foi à intensidade pluviométrica entre os diferentes municípios pesquisados; o segundo, relacionado à amplitude das dinâmicas socioeconômicas, através da atuação de diferentes instituições (Sindicatos, ONGs, etc.), no sentido de possíveis alianças e/ou divergências em torno de determinadas tecnologias produtivas (a agroecologia, por exemplo); o terceiro, pela influência de pólos urbanos e vias de comunicação representados, por Campina Grande; e, o quarto relacionado com as práticas, mais ou menos articuladas e sensíveis às dinâmicas territoriais, das administrações locais (das Prefeituras).

Se no início desta seção deu-se ênfase ao aspecto ambiental, nesse espaço de construção social denominado território (BILLAUD, 2004) e se na seqüência valorizaram-se as estratégias territoriais denominadas ações coletivas (SABOURIN, 2007), foi para referendar o marco teórico apresentado, quando se afirmou que o território é, cada vez mais, multifuncional, por abrigar a fronteira entre a sociedade e a natureza, exigindo, por vez, políticas mais integradas. Isso não só ‘desmonta’ o discurso setorizado, como, também, propicia, na prática, ações de desenvolvimento sustentável do espaço rural.

5. Qualificando uma realidade social *multifuncional*

Com referência aos *Recursos naturais e meio ambiente*, reiteradas as informações, de um modo geral, há um conjunto de ações (atividades), que pouco corroboram na manutenção de determinados *recursos naturais* dessa porção do bioma Caatinga, bem com na construção de uma *sustentabilidade territorial*. Malgrado parecer bastante pessimista esta consideração, há ações e atitudes encontradas pela pesquisa, que permitem apontar como um espaço que se define como de *concertação social* (SABOURIN, 2007) ou de *construção social*, (...) e *importância da questão ambiental*,

¹⁰ PIRAUX, M; BONNAL, Ph. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.), 2009. pp. 113-135.

¹¹ Que reúne sindicatos da Região da *Borborema*, a partir dos STRs de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, que a partir de 1995, com o apoio de ONGs como o PATAC e AS-PTA, passaram a adotar as estratégias mobilizadoras em torno da importância da agricultura familiar e o conjunto de experiências que dela existentes, no sentido alternativo ao processo de ‘modernização’ da agricultura.

resgatando o necessário e convergente debate – a questão camponesa – contextualizado no processo de modernização das sociedades rurais (BILLAUD, 2004), como um desafio que deve ser construído coletivamente.

Nesse aspecto, primeiro, em relação às *Práticas produtivas e as relações com a agricultura moderna*, o que foi encontrado demonstra uma enorme e perversa transformação: de forma concreta, do pioneiro ambiente de Caatinga e de forma abstrata, das concepções sobre os limites e riscos de determinadas práticas (tanto ‘modernas’ como ‘arcaicas’ de uso do espaço). No caso, ambas as transformações, pressionadas pela trajetória histórica de ocupação local/regional e pelos ditames capitalistas de uso da terra. Decorrente disso, em que pese esta avaliação, ratifico a concordância com Maluf (2003), de que avaliar a preservação dos recursos naturais à luz das diferentes agriculturas desenvolvidas precisaria de uma minuciosa consideração de todas essas práticas, principalmente em seus elementos técnicos (questões edáficas, uso de insumos, técnicas agronômicas, etc.). No entanto, isso fugiria aos objetivos do estudo, que tem na caracterização das atividades agropastoris levantadas, apenas elementos qualitativos para contextualização sócio-ambiental. É preciso dizer que a pressão da ‘modernização’ agrícola, impôs determinados usos e tecnologias como a da aração mecanizada, mesmo que as condições agronômicas dessas áreas indicam-na como sendo totalmente impróprias. Além do mais o processo segregador da ‘modernização’ imposto àqueles menos capitalizados, dificuldades no acesso à terra e aos modelos (técnicas e informações) de práticas agrícolas mais adequadas a cada realidade ambiental. Isso ocorreu, sobretudo, no período áureo da “Revolução verde”, que tinha como norma (nas próprias políticas públicas) voltada aos agricultores, a tese de: “ou adotar ou ficar de fora do processo modernizador da agricultura”, como se todos os diferentes ecossistemas possuíssem as mesmas aptidões agrícolas, logo idênticas políticas, ou seja, regras e políticas dirigidas ao Sul, integradas ao agronegócio, também serviriam ao Nordeste, majoritariamente, camponês.

Segundo, quanto à *Estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente*, as considerações complementares, especialmente daquelas relacionados à ambiência humana nes-

ses estabelecimentos, denotam que estão condicionadas à água. Ou seja, quase todas as ações e melhorias estruturais ficam pré-condicionadas à suficiência de água para o abastecimento. Como atividade minimizante dessa dada situação tem sido o trabalho de ONGs na construção de reservatórios de água (cisternas de placas) e dos agentes públicos do PSF, que acrescem orientações no âmbito sanitário dessas famílias rurais. Do ponto de vista técnico, esses dois exemplos de ações corroboram com a tese de que a saúde ambiental está diretamente relacionada à saúde humana e, principalmente, na estrutura (ambiência) destes estabelecimentos rurais. Do ponto de vista da MFA, ambas as ações propiciam um aprendizado sobre a necessidade de *proteção e renovação* dos recursos naturais, enquanto *função* ambiental que emana das atividades agrícolas.

Terceiro, em relação a *algumas concepções dos camponeses* sobre os recursos naturais, em que pese a visível descaracterização do bioma da Caatinga, a percepção, inicial que se teve foi que entre aqueles que se manifestaram, opinando sobre questões como: o desmatamento, a caça e as outras atividades relacionadas aos recursos locais, ainda é daquela que: separando a natureza do convívio e/ou ação do homem é o correto, “*uma concepção construída pela memória dominante*” (NEVES, 1994) ou daquela concepção de que o ato de preservar e/ou defender os recursos naturais fosse o de deixá-lo intocável.

Juntando esses três pontos referentes aos recursos naturais e a biodiversidade, poderíamos dizer que há uma precária situação ambiental, decorrente do processo de exploração espacial, sumamente pressionada pelas condições de pobreza dos agricultores familiares. No entanto, há alguns exemplos no âmbito do aproveitamento desses recursos, como o uso do Xique-xique na alimentação animal no período de escassez de pastagens; o da construção de tanques de pedra, aproveitando as características naturais do estabelecimento. Ambos os exemplos de sintonia e, ao mesmo tempo, aproveitamento racional desses recursos disponíveis, referendando aquilo que Neves (*op.cit.*) apontou, o da inseparável relação homem-natureza. Diz-se isso por compreender que determinadas atitudes, podem somar no sentido da multifuncionalidade territorial no aspecto ambiental, através

da proteção e ao mesmo tempo usufruto desses recursos como suporte às atividades econômicas.

Descontadas essas mecânicas concepções sobre os recursos naturais, ditadas em sua maioria pela pressão da sociedade e/ou regras fiscalizadas, que obrigam ao agricultor construir um senso de que o natural deva ser intocado, há (ainda que raros) bons exemplos dessa sincrônica relação homem-natureza. Refere-se às ações de alguns agricultores em Pocinhos, que passaram a construir coletivamente ações e concepções de proteção e renovação dos recursos naturais (cisternas de placas, cercas-vivas, barragens subterrâneas, banco de semente, etc.), na lógica da *convivência* com a semi-aridez. Portanto, essa precariedade ambiental é minimizada por ações dessa ordem. Estas referências são a proposta, ainda em construção, da ação das ATERs, em desenvolverem uma assistência técnica no viés da agroecologia. Quiçá isso venha ganhar vulto, qualificando essa função ambiental.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Figura 2. Sistemas e estruturas nos estabelecimentos agrícolas relacionadas aos recursos naturais e ao meio ambiente.

6. Considerações finais

A primeira ponderação, que se faz vai em direção da importância da questão ambiental, por ter sido esta uma das questões-chave para o

uso dessa ferramenta teórica (a MFA) na internalização de dinâmicas de reprodução social, de ruralidades contemporâneas, na Europa, que no Brasil, ainda, se somam a outros ingredientes mal resolvidos, dentre eles a problemática fundiária. A segunda, em relação ao modelo de política pública adotada pela PAC na União Européia (por exemplo, através de CTE, depois pelo CAD na França). Desse modo, a experiência francesa, em particular, permite-nos pensar uma melhor forma de apoio público a AF no Brasil, sobretudo, a de modo camponesa, predominantemente presente no local estudado. Além disso, a concepção territorial, concretamente, ainda, é incipiente no local estudado, pois determinados índices sociais obstaculizam atitudes (coletivas) voltadas a essa construção social, que noutras regiões já é uma realidade. O perfil geral (social) do território demonstrou isso. Dentre estes índices, se destaca a baixa escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas, como o grande entrave na compreensão de determinadas necessidades e atitudes, a exemplo da mobilização em torno da questão ambiental.

Isso nos leva, a concluir que o uso da noção MFA, bem como o reconhecimento das *múltiplas funções* da agricultura e/ou do território, deve estar devidamente, adequado a cada situação empírica em questão. Se na Europa essa teoria sócio-econômica foi posta em prática com apreciáveis resultados econômicos, sociais, ambientais e políticos, são, porque, lá ocorreu uma prévia construção coletiva de seus dispositivos; Isso, no Brasil, particularmente na esfera local, está ainda muito distante de dinâmica semelhante. Contudo, isso não invalida a utilização da metodologia da MFA para determinadas iniciativas de políticas públicas (do PRONAF, por exemplo) e dos próprios agricultores (de práticas de *convivência* com a semi-aridez), ambas importantes na construção de uma coesão social da AFC. E é nesse espaço que a MFA passa a encontrar eco e pode cumprir sua função ambiental.

7. Referências

ALLAIRE, G. *De la productivité à la qualité, transformation des conventions et régulations dans l'agriculture et l'agro-alimentaire*. In: ALLAIRE, G; BOYER, R. (éds.). **La grande transformation de l'agriculture**. Paris, INRA/Économie, 1995. pp. 381-410.

ALVES, A. F. “As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de *convivência com o semi-árido*”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2009. 314 p.

BILLAUD, J-P. *Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes*. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, nº 10, jul./dez., Editora da UFPR, 2004. pp. 111-18

CAZELLA, A. A. *Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux le département de l’Aude*. Tours: Université François Rebelais, Thèse doctorat, 2000. 372 p.

_____. *A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”: um estudo de caso na região serrana catarinense*. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 28-43.

_____. *A multifuncionalidade agrícola: A defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural*. **Revista Marco Social: multifuncionalidade e agricultura familiar**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 12-15, jul. 2007.

FAO. *Contribución da la Francia a la conferencia de la FAO sobre al carácter multifuncional de la agricultura y la tierra*. Maastricht (Países Bajos), sept./1999. (mimeo)

KAISER, B. *La renaissance rural: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990. 316 p.

_____. (éd.). *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: DATAR/L’Aube, 1993.

MALUF, R. S. (coord.). “A noção de **Multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: experiência francesa e o caso do Brasil**”. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001. 49 p. (Acordo CAPES-COFECUB).

_____. **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, set. 2001a. 21 p. (Projeto de Pesquisa).

_____. *A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira*. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 135–152.

MALUF, R. et ali. **Projeto ‘Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil’**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006-2008. (Projeto com apoio do NEAD/MDA/IICCA).

NEVES, F. C. **Imagens do Nordeste. A construção da memória regional**. Fortaleza: SECULT-CE, 1994. 127 p.

PIRAUX, M; BONNAL, Ph. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB) – O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura*. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 113-35.

ROUX, B; BONNAL, Ph. *Analyse au niveau de la prise en compte de la multifonctionnalité de l’agriculture au Brésil à partir d’un dispositif comparatif régional. Rapprochement du cas français*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité**. [2002/4]». (coord. F. Véron). Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 109-112.

SABOURIN, E. **Paysan du Brésil. Entre échange marchand et réciprocité**. Versailles, Éditions Quae, 2007.

_____. *Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?* In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, n 3, pp. 715-51, set./dez., 2007.